

2

Fredie Didier Jr.
Paula Sarno Braga
Rafael Alexandria de Oliveira

Curso de **Direito** **PROCESSUAL** **CIVIL**

Teoria da prova, direito probatório, decisão,
precedente, coisa julgada, processo estrutural
e tutela provisória

17^a revista
Edição atualizada
ampliada

2022

 **EDITORA**
*Jus***PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 16ª edição	23
Nota dos autores à 10ª edição	25
Prefácio	29
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	33
1. Conceito e generalidades	33
2. Conteúdo e estrutura	35
2.1. Considerações iniciais	35
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	36
2.3. Tentativa de autocomposição	37
2.4. Produção das provas orais	38
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas)	39
2.6. Sentença	40
2.7. Conversão do julgamento em diligência	40
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	40
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento	41
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão	44
6. A audiência pública	45
Capítulo 2 ► Teoria geral da prova e parte geral do direito probatório	51
1. Noções introdutórias	51
2. Acepções da palavra “prova”	52
3. Meios e fontes de prova	53
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova	54
5. Classificação da prova	57
6. Prova e busca da verdade	58
7. Finalidade da prova	64
8. Destinatário da prova	66
9. Objeto da prova	67
9.1. Observação preliminar	67

9.2.	Características do fato probando	68
9.2.1.	Controvérsia	68
9.2.2.	Relevância	68
9.2.3.	Determinação	69
9.3.	Fatos que independem de prova (art. 374, CPC)	69
9.3.1.	Fato notório	69
9.3.2.	Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	71
9.3.3.	Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência	71
9.3.3.1.	Conceito de presunção legal	71
9.3.3.2.	Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas	72
9.3.3.3.	Presunções legais relativas	73
9.3.3.4.	Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	74
9.3.3.4.1.	O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	74
9.3.3.4.2.	A aplicação dessas regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética	76
9.3.3.5.	A necessidade de construção do conceito de presunções normativas. As presunções negociais	78
9.4.	Prova da fonte normativa e prova da interpretação das fontes normativas (“prova do Direito”)	79
9.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro	81
10.	Regras da experiência, indícios e presunções	81
10.1.	As regras da experiência	81
10.1.1.	Generalidades	81
10.1.2.	Espécies de regras da experiência	83
10.1.3.	Distinção entre regra da experiência e fato notório	84
10.1.4.	Funções da regra da experiência	84
10.2.	Indícios e presunções judiciais	85
10.2.1.	Indícios	85
10.2.2.	A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções	86
10.2.3.	Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”)	89
10.2.4.	A prova <i>prima facie</i>	90
10.2.5.	Prova por amostragem	93
10.2.6.	Prova de uma história	97
11.	Procedimento probatório	98
12.	Natureza jurídica das normas sobre prova	100
13.	Normas estruturantes do direito probatório	103
13.1.	Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual	103

13.2. Aquisição processual da prova	114
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória	114
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	115
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas	116
13.4. Proibição de prova ilícita	118
13.4.1. Generalidades	118
13.4.2. Prova moralmente ilegítima.....	118
13.4.3. Prova ilícita e prova legítima	119
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude.....	119
13.4.5. Provas ilícitas por derivação.....	120
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal.....	120
13.4.7. Prova ilícita negocial.....	121
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente.....	121
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	123
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	123
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	124
13.4.12. Proibição de prova ilícita e aplicativos de mensagens.....	125
13.4.13. Consequência da inadmissibilidade da prova por ilicitude	127
13.4.14. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade.....	129
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional.....	129
13.5.1. Generalidades	129
13.5.2. “Livre” convencimento motivado	130
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz	130
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório.....	130
13.5.3.2. Motivação racional	131
13.5.3.3. Motivação controlável	132
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	132
13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	134
13.6. Ônus da prova.....	135
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	135
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	139
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	139
13.6.3.1. Generalidades.....	139
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	142
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	143
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	146
13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova.....	149

13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	152
13.6.5.1. Generalidades.....	152
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais.....	153
13.6.5.2.1. Decisão motivada.....	153
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	154
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa.....	156
13.6.5.2.4. Regra de ônus da prova que pode ser alterada por decisão judicial.....	157
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz.....	157
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo.....	160
13.6.5.5. A inversão do ônus da prova em benefício do titular de dados	161
14. Prova emprestada	163
14.1. Generalidades	163
14.2. Respeito ao contraditório.....	164
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada.....	164
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça.....	165
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	165
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível.....	165
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova.....	167
16. Conexão probatória e cooperação jurisdicional nacional (art. 69, CPC).	170
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	173
1. Generalidades	173
2. Natureza jurídica.....	175
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial.....	176
4. O processo de justificação.....	178
5. Competência	179
6. Competência para a produção antecipada de prova e arbitragem.....	181
7. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	182
8. Citação dos interessados.....	182
9. Despacho inicial e esboço do procedimento.....	184
10. Produção antecipada da prova e interrupção da prescrição	185
11. Defesa e recursos.....	185
12. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	187
13. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo.....	188
14. Sentença, Coisa julgada e entrega dos autos	189
15. honorários advocatícios de sucumbência	190

Capítulo 4 ► **Depoimento pessoal..... 193**

1. Noções gerais	193
2. Espécies: o depoimento por provocação, o interrogatório e o autodepoimento	194
3. Depoimento do presentante e do representante	198
4. Recusa de depor	199
4.1. Noção.....	199
4.2. Escusa de depor	199
4.2.1. Noção	199
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	200
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes.....	201
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional	204
4.2.5. Regra geral de escusa.....	206
5. Procedimento do depoimento	206

Capítulo 5 ► **Confissão.....209**

1. Generalidades	209
2. Natureza jurídica.....	210
3. Distinções.....	211
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido	211
3.2. Confissão e admissão.....	213
4. Espécies de confissão	214
5. Eficácia da confissão.....	215
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados.....	217
7. A eficácia da confissão por representante.....	219
8. Irrevogabilidade da confissão	220
9. Invalidação da confissão	220
9.1. Generalidades	220
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	221
9.3. O erro de fato como causa de invalidação.....	222
10. Indivisibilidade da confissão.....	224

Capítulo 6 ► **Prova documental, ata notarial e exibição de documento ou coisa225**

1. Conceito de documento	225
1.1. Noção histórica de documento.....	225
1.2. Definição atual de documento	228
1.3. Documento não é apenas documento escrito	229

2. Documento e prova documental.....	230
3. Prova documental e prova documentada.....	231
4. Importância da prova documental.....	234
5. Elementos do documento.....	236
5.1. Autoria do documento.....	236
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual.....	236
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo.....	236
5.1.3. Documentos públicos e particulares.....	237
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria.....	238
5.1.5. Autenticidade.....	240
5.2. Suporte.....	241
5.2. Conteúdo.....	243
6. Documento e instrumento.....	244
7. Data do documento.....	245
8. Eficácia probatória do documento.....	247
8.1. Introdução.....	247
8.2. Força probante dos documentos públicos.....	247
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	247
8.2.2. A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”.....	249
8.2.3. O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC).....	251
8.2.4. O documento público irregular (art. 407, CPC).....	253
8.3. Força probante dos documentos particulares.....	255
8.3.1. Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, caput, CPC).....	255
8.3.2. Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC).....	257
8.3.3. Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados.....	258
8.3.4. Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação.....	258
8.3.5. Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	260
8.3.6. Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC).....	261
8.4. Originais, cópias, certidões e traslados.....	262
9. Ata notarial (art. 384, CPC).....	267
10. Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade.....	270
11. Documento eletrônico.....	272
11.1. Noção.....	272
11.2. Segurança e confiabilidade.....	275

11.2.1	Generalidades	275
11.2.2.	A presunção de integridade e de autenticidade dos documentos gerados no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil)	278
11.2.3.	A possibilidade de usar métodos de certificação de documentos públicos e particulares fora do âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil): hipótese típica de negócio probatório.....	279
11.3.	O processo em autos eletrônicos	282
11.4.	O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	283
12.	<i>Blockchain</i>	284
12.1.	O que é <i>blockchain</i>	284
12.2.	Segurança e imutabilidade	287
12.3.	Transparência	289
12.4.	<i>Blockchain</i> como prova atípica	290
12.5.	<i>Ethereum</i> e a ampliação do uso da <i>blockchain</i>	292
13.	Produção da prova documental	293
13.1.	Momentos da proposição e da produção da prova. O “ <i>document dump</i> ” como ilícito processual	293
13.2.	Juntada posterior de documentos.....	296
13.3.	Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC).....	298
13.4.	Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	298
14.	Meios de obtenção da prova documental	299
14.1.	Requisição de documentos (art. 438, CPC)	299
14.2.	Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC).....	302
14.2.1.	Generalidades	302
14.2.2.	Pedido de exibição formulado em face da parte adversária.....	304
14.2.3.	Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular.....	308
14.2.4.	Exibição de documentos e produção antecipada de prova.....	311
14.2.5.	Exibição de documentos e negócios processuais. O Redfern Schedule	313
14.2.6.	Exibição de documentos e a <i>fishing expedition</i>	314
15.	Arguição de falsidade	317
15.1.	Noção.....	317
15.2.	Natureza jurídica e finalidade.....	318
15.3.	Legitimidade e interesse	319
15.4.	Procedimento	320
Capítulo 7 ► Prova testemunhal.....		321
1.	Noções gerais	321
2.	Admissibilidade da prova testemunhal	322
3.	Capacidade para testemunhar	324

3.1. Generalidades	324
3.2. Incapazes de testemunhar. As relações entre o CPC, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Lei n. 13.431/2017.....	325
3.3. Impedidos de testemunhar.....	328
3.4. Suspeitos para testemunhar.....	329
3.5. O art. 228 do Código Civil.....	330
3.6. A possibilidade de testemunho de pessoas incapazes, impedidas e suspeitas.....	330
4. Direito ao silêncio.....	331
5. Local e tempo do testemunho.....	331
6. Juntada do rol e intimação da testemunha.....	335
7. Substituição da testemunha.....	337
8. Procedimento de colheita do depoimento.....	337
8.1. Método de inquirição	337
8.2. Qualificação e contradita.....	338
8.3. Compromisso e escusa de depor	338
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz.....	339
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras.....	342
8.6. Dever de urbanidade	343
8.7. Testemunhos em conferência (<i>witness conferecing ou hot tubbing</i>)	343
8.8. Testemunho por escrito (<i>witness statement</i>).....	344
9. Documentação do testemunho.....	345
Capítulo 8 ► Prova pericial.....	349
1. Conceito e generalidades	349
2. Fontes da prova pericial	352
3. Espécies de perícia.....	354
4. O perito e o assistente técnico	356
4.1. O perito e suas funções	356
4.2. Requisitos para escolha do perito.....	360
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa. Expert teaming	365
4.4. Escusa e recusa do perito.....	366
4.5. Substituição do perito	368
4.6. Assistente técnico e suas funções	369
4.7. Quadro comparativo.....	370
5. Admissibilidade	371
6. Procedimento de produção da prova pericial	373
6.1. Requerimento ou determinação de ofício	373
6.2. Nomeação do perito, indicação do assistente e formulação de quesitos	374

6.3. Realização da perícia. A “teleperícia”	376
6.4. Conteúdo do laudo pericial	378
6.5. Manifestação das partes. Esclarecimentos do perito	380
7. Perícia em local diverso	383
8. Perícia simplificada	384
9. A cadeia de custódia e sua aplicação no Processo Civil	385
10. Escolha consensual do perito	387
11. Valoração do resultado da perícia. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”	388
12. Despesas	393
Capítulo 9 ► Inspeção judicial	399
1. Noção	399
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção	399
3. Inspeção como prova principal e única	400
4. Fonte da inspeção	400
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado	401
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	401
7. Inspeção direta e indireta	402
8. Inspeção indireta como perícia informal	402
9. Partes assistidas por expert	403
10. Local da inspeção	403
11. Participação das partes na produção da prova	403
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência	404
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	404
14. Manifestação sobre resultado da prova	405
Capítulo 10 ► Decisão judicial	407
1. Nota introdutória	407
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	408
2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	408
2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular	408
2.2.1. Generalidades	408
2.2.2. Sentença	408
2.2.3. Decisão interlocutória	410
2.3. As decisões proferidas em órgão colegiado	411
2.4. Decisões unipessoais proferidas em tribunal	412
3. A sentença como norma jurídica individualizada	412

4. Elementos da decisão judicial.....	416
4.1. Introdução	416
4.2. Relatório.....	416
4.3. Fundamentação	417
4.3.1. A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação.....	417
4.3.2. Racionalidade e controlabilidade	420
4.3.3. Integridade e coerência	423
4.3.4. O conteúdo da fundamentação.....	423
4.3.4.1. Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito.....	424
4.3.4.2. Fundamentação de fato e fundamentação de direito.....	425
4.3.5. Dever de observância das consequências práticas da decisão (art. 20 da LINDB)	431
4.3.5.1. Introdução.....	431
4.3.5.2. O propósito do art. 20 da LINDB.....	432
4.3.5.3. Estrutura normativa	433
4.3.5.3.1. Postulado hermenêutico.....	434
4.3.5.3.2. Dever de motivação.....	438
4.3.5.3.3. O art. 20 da LINDB e o art. 489 do CPC.....	439
4.3.5.4. O dever de considerar as consequências práticas da decisão	440
4.3.5.4.1. Introdução: o pragmatismo jurídico e seus riscos	440
4.3.5.4.2. Conteúdo dogmático do dever de considerar as consequências práticas da decisão	441
4.3.5.5. Conclusão do ponto e balanço crítico.....	446
4.3.6. Decisão sem fundamentação.....	448
4.3.6.1. Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente	448
4.3.6.2. Exemplos de decisões não fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC).....	448
4.3.6.2.1. Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I)	450
4.3.6.2.2. Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II).....	453
4.3.6.2.3. Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III)	457
4.3.6.2.4. Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV)	458
4.3.6.2.5. Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V)	462

4.3.6.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI)	464
4.3.6.2.7.	Decisão que deixa de indicar as consequências práticas da solução adotada com base em princípio normativo menos densificado.....	466
4.3.6.2.8.	Outros exemplos.....	466
4.3.6.2.9.	Dever de consideração de todos os argumentos suscitados (art. 489, § 1º, IV) e decisão de organização do processo prevista no art. 357, CPC.	471
4.3.6.3.	Consequência da ausência de fundamentação	472
4.3.6.4.	O art. 489, § 1º e o ônus da fundamentação analítica dos atos postulatórios	474
4.3.7.	A fundamentação e a coisa julgada	474
4.4.	Dispositivo	478
4.4.1.	Conceito.....	478
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença.....	482
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença	485
5.	Requisitos da decisão judicial	487
5.1.	A congruência da decisão judicial.....	487
5.2.	A congruência externa	488
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC	488
5.2.2.	A congruência objetiva	491
5.2.2.1.	Decisão ultra petita	491
5.2.2.2.	Decisão extra petita	495
5.2.2.3.	Decisão citra petita.....	499
5.2.2.3.1.	Generalidades	499
5.2.2.3.2.	Espécies de decisão citra petita	500
5.2.2.3.3.	Problemas específicos da decisão citra petita	504
5.2.3.	A congruência subjetiva	505
5.3.	A congruência interna	508
5.3.1.	Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	508
5.3.2.	Certeza (art. 492, p. ún., CPC). A sentença condicional.....	509
5.3.3.	Liquidez.....	513
5.3.4.	Clareza e coerência	519
6.	Interpretação da decisão judicial.....	522
7.	Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	530
8.	Decisões definitivas e decisões provisórias. Decisões de mérito e decisões de admissibilidade	532
8.1.	As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	532

8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito).....	534
9. A decisão e o fato superveniente.....	536
9.1. O art. 493 do CPC	536
9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes	539
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	545
9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	546
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	547
11. Conteúdo da decisão.....	553
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção.....	553
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo.....	555
11.2.1. Introdução	555
11.2.2. Decisões condenatórias	557
11.2.3. Decisões constitutivas	560
11.2.4. Decisões meramente declaratórias.....	564
12. Efeitos da decisão judicial.....	566
12.1. Eficácia principal	566
12.2. Eficácia reflexa.....	566
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato).....	568
12.3.1. Generalidades	568
12.3.2. Hipoteca judiciária	569
12.4. Eficácia probatória.....	574
13. Decisão determinativa	576
14. Publicação, retratação e integração da decisão.....	578
Capítulo 11 ► Precedente judicial.....	581
1. Noções fundamentais.....	581
1.1. Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	581
1.2. <i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>).....	584
1.3. Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	587
1.4. Espécies de decisão e precedente	591
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	591
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente	591
2. A norma do precedente	592
3. Eficácia jurídica do precedente	594
3.1. Precedente como ato-fato jurídico	594
3.2. Efeitos dos precedentes.....	595
3.2.1. Generalidades	595

3.2.2.	Precedente com eficácia vinculante/obrigatória	596
3.2.3.	Precedente com eficácia persuasiva.....	597
3.2.4.	Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões.....	598
3.2.5.	Precedente com eficácia de obstar a invalidação de ato jurídico	599
3.2.6.	Precedente com eficácia autorizante.....	600
3.2.7.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante.....	601
3.2.8.	Precedente que permite revisão de coisa julgada	602
3.3.	Precedentes obrigatórios no direito brasileiro.....	603
3.3.1.	Generalidades	603
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	605
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal	605
3.3.2.2.	Precedentes cuja ratio decidendi foi enunciada em súmula.....	606
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microsistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios.....	607
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	608
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro	609
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	610
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	610
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	612
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	613
3.4.5.	Princípio do contraditório.....	614
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	615
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais	616
4.1.	Generalidades	616
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	617
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável.....	618
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes	619
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade.....	620
4.5.1.	Premissas.....	620
4.5.2.	Dever de coerência	623
4.5.2.1.	Generalidades.....	623
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	625
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica	626
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior	627
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	628
4.5.3.	Dever de integridade	628

5. A dinâmica do precedente.....	631
5.1. Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado.....	632
5.2. Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	636
5.3. Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	639
5.3.1. Generalidades	639
5.3.2. <i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado	642
5.3.3. Fundamentação do <i>overruling</i>	643
5.3.4. Eficácia temporal da revogação do precedente	645
5.3.5. Modulação de efeitos da superação do precedente. A sinalização (<i>signaling</i>). Regime de transição e respeito aos atos constituídos sob a orientação anterior (arts. 23 e 24 da LINDB)	647
5.3.6. Superação antecipada (<i>anticipatory overruling</i>)	654
5.3.7. Superação parcial (<i>overriding</i>)	655
6. A “súmula vinculante”	656
Capítulo 12 ► Coisa julgada.....	661
1. Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada.....	661
2. A coisa julgada como efeito jurídico.....	663
3. Pressupostos para a formação da coisa julgada	664
4. Fundamento constitucional da coisa julgada	665
5. Coisa julgada formal	665
6. Coisa julgada e tríplice identidade	666
7. Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra, secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	668
8. Coisa julgada e negócios processuais	669
9. Limites objetivos da coisa julgada	671
9.1. Generalidades	671
9.2. Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial	671
9.2.1. Questão principal e questão incidental	671
9.2.2. Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	672
9.2.3. Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu	673
9.3. Questão principal expressamente decidida.....	674
9.4. Decisão de mérito	675
9.5. Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial.....	675
9.6. Decisões de conteúdo processual e coisa julgada.....	678
9.7. Incidentes processuais e coisa julgada	681
9.8. Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	682
9.8.1. Conceito de questão prejudicial	682

9.8.2.	Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida.....	683
9.8.3.	Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolu- tivo do recurso.....	685
9.8.4.	Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental.....	685
9.8.5.	Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão pre- judicial incidental.....	686
9.8.5.1.	Objecção de impertinência	686
9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório	686
9.8.5.3.	Objecção de incompetência	688
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente	689
9.8.5.5.	Objecção de ausência de remessa necessária.....	689
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental..	690
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial inci- dental.....	691
9.8.8.	Questão prejudicial principal	691
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	691
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	692
9.8.11.	Direito transitório.....	693
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	693
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	694
10.1.	Regra geral.....	694
10.2.	Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros.....	695
10.3.	Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	697
11.	Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	700
12.	Limites temporais da coisa julgada	703
12.1.	Generalidades	703
12.2.	Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 505, I)	704
12.3.	Instrumentos de controle da coisa julgada.....	709
12.4.	Teoria da relativização atípica da coisa julgada	710
13.	Coisa julgada e ações concorrentes	714
Capítulo 13 ► Tutela provisória.....		715
1.	Noções gerais	715
1.1.	Tutela definitiva: satisfativa e cautelar	715
1.2.	Características da tutela cautelar	716
1.2.1.	Referibilidade e temporariedade	716
1.2.2.	A coisa julgada cautelar.....	717
1.3.	Síntese	720

2. “Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	721
2.1. Generalidades	721
2.2. Características	722
2.3. Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar.....	723
3. Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais	724
3.1. Introdução terminológica.....	724
3.2. Fundamento: urgência ou evidência	724
3.3. Forma de requerimento: incidental ou antecedente.....	726
3.4. Legitimidade.....	728
3.5. Cabimento	731
3.6. Momento da concessão	733
3.6.1. Considerações iniciais.....	733
3.6.2. Liminarmente	734
3.6.3. Na sentença.....	737
3.6.4. Em grau recursal	737
3.7. Manifestação do requerido.....	738
3.8. Instrução.....	739
3.9. Decisão.....	740
3.10. Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	741
3.11. Recurso.....	743
3.12. Efeitos antecipáveis	743
3.13. Forma de efetivação.....	745
3.14. Concessão de ofício	749
4. Tutela provisória de urgência.....	750
4.1. Considerações iniciais.....	750
4.2. Pressupostos gerais	752
4.2.1. Probabilidade do direito.....	752
4.2.2. Perigo da demora.....	753
4.3. Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa	756
4.4. Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente	759
4.5. Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada)	761
4.5.1. Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro.....	761
4.5.2. Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada....	764
4.5.2.1. Requerimento de tutela provisória satisfativa antecedente	764
4.5.2.2. Ausência de manifestação do autor pelo prosseguimento do processo para a tutela definitiva	764
4.5.2.3. Decisão que concede a tutela provisória satisfativa antecedente ..	766
4.5.2.4. Inércia do réu.....	767

4.5.2.5.	Síntese dos pressupostos para a estabilização da tutela provisória satisfativa e negócio processual atípico sobre o tema.....	770
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada	771
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitória.....	773
4.5.5.	Despesas processuais e estabilização da tutela satisfativa antecedente	774
4.5.6.	Aplicação da técnica da estabilização da tutela provisória à tutela requerida em caráter incidental e à tutela provisória de evidência	775
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	776
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	779
5.	Tutela provisória de evidência	780
5.1.	Conceitos fundamentais.....	780
5.2.	Pressupostos.....	783
5.2.1.	Noções iniciais.....	783
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte.....	784
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório	788
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito	791
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente.....	793
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	794
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual.....	794
6.2.	Panorama doutrinário.....	797
6.3.	Panorama jurisprudencial	801
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009).....	804
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público.....	806
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária	808
Capítulo 14 ► Processo Estrutural		811
1.	Histórico do assunto	811
2.	Conceitos.....	813
2.1.	Problema estrutural	813
2.2.	Processo estrutural.....	817
2.3.	Decisão estrutural.....	819
3.	Características	820
3.1.	Características típicas, mas não essenciais: a multipolaridade, a coletividade e a complexidade.....	820
3.2.	Características essenciais: o problema estrutural, a implementação de um estado ideal de coisas, o procedimento bifásico e flexível, e a consensualidade	825

4. Procedimento.....	826
4.1. Flexibilidade intrínseca e consensualidade.....	826
4.2. As duas fases do processo estrutural: o <i>standard</i> do processo falimentar.....	827
4.2.1. Primeira fase: constatação do estado de desconformidade e decisão estrutural que estabelece uma meta a ser atingida (um novo estado de coisas)	827
4.2.2. Segunda fase: implementação da meta estabelecida na decisão estrutural ...	828
4.2.2.1. Definição do tempo, modo e grau de reestruturação, do regime de transição e da forma de avaliação/fiscalização das medidas estruturantes.....	829
4.2.2.2. Liquidação estrutural	836
4.2.2.3. Decisões em cascata.....	837
4.3. Algumas técnicas de flexibilização do procedimento no processo estrutural	839
4.3.1. Atenuação das regras da congruência objetiva externa e da estabilização objetiva da demanda, com possibilidade de alteração do objeto.....	839
4.3.2. Legitimidade democrática pela abertura do processo à participação de terceiros.....	841
4.3.3. Atipicidade dos meios probatórios.....	843
4.3.4. Atipicidade das medidas executivas. Delegação de atividade executiva para entidades de infraestrutura específica (EIE): <i>Claims Resolution Facilities</i>	844
4.3.5. Atipicidade da cooperação judiciária.....	845
4.4. Adoção do procedimento comum do CPC, com trânsito de técnicas	847
Bibliografia	851